



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1460613 - RS (2019/0059467-6)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : AMERICA TRADING LTDA
ADVOGADOS : MÁRCIO ALVES DA SILVA - RS058610
FAUSTO ALVES LÉLIS NETO - RS029684
PATRICIA ALTIERI MENEZES E OUTRO(S) - RS062522
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : ALISSON DOS SANTOS CAPPELLARI - RS046946

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. Ação de revisão contratual.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
3. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
4. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
5. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido, com majoração de honorários.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por AMERICA TRADING LTDA, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Ação: de revisão contratual, ajuizada pela agravante em face de BANCO DO BRASIL SA, devido à onerosidade excessiva do contrato de câmbio celebrado entre as partes, em virtude da elevada variação cambial. Pleiteia a revisão do contrato.

Sentença: julgou improcedente o pedido.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pela agravante, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE CÂMBIO. CLÁUSULA DE TRAVA CAMBIAL". INAPLICABILIDADE DAS TEORIAS DA IMPREVISÃO OU DA ONEROSIDADE EXCESSIVA OU, AINDA, DO INSTITUTO DA LESÃO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA.

Os contratos de câmbio são operações que viabilizam os negócios de importação e exportação em moeda estrangeira que, sendo contratado com um agente financeiro, como no caso concreto, indica conhecimento acerca dos riscos envolvidos, ainda mais por se tratar a contratante (apelante) de empresa com intensa atuação no mercado neste ramo.

O fato do negócio de exportação não ter atingido plenamente a expectativa, devido ao inadimplemento por parte da empresa Venezuelana com a qual contratou, ou porque ocorreu variação cambial muito acima daquela estimada, por si não significa que o contrato firmado contenha cláusula abusiva ou que na sua execução tenha ocorrido excesso de onerosidade imputável ao banco. Risco assumido pela contratante que é especializada neste tipo de negócio (contrato de câmbio).

Pretensão da apelante que busca amparo em interpretação forçada (equivocada) do significado de "trava de câmbio" em contrato de câmbio.

Trava Cambial em contrato de câmbio para exportação.

Trava de Câmbio ou Câmbio Travado para exportação é a contratação de câmbio nas fases pré ou pós-embarque com a finalidade de fixar a taxa cambial, assegurando ao exportador as margens pretendidas na negociação. Nesta modalidade a empresa consegue fixar (e "travar") uma taxa de câmbio para uma exportação que fará (ou esta realizando) que será utilizada no momento que o banco, em razão do contrato de câmbio, converter o valor contratado em moeda estrangeira (dólares, no caso) para reais e disponibiliza-os à empresa contratante. Esta "trava" serve para a conversão e não como parâmetro para o crédito o contrato de câmbio gera favor do banco que receberá o que de direito quando a empresa para a qual as mercadorias foram exportadas efetuar o pagamento. No presente caso, a inconformidade da apelante decorreu do fato da empresa Venezuelana não ter adimplido o débito, ocasionando, pela demora, a responsabilização da empresa contratante (ora apelante) e, também, uma diferença significativa entre a cotação do dólar à época com a atual. Estes circunstâncias não podem ser imputadas ao banco como indicativas de abusividade ou onerosidade excessiva, eis que em nada contribuiu para que os fatos destacados viessem a ocorrer.

Apelado banco que cumpriu a parte que o contrato lhe impunha, podendo, portanto, exigir da parte contratante que cumpra a sua (sinalagma).

Majoração dos honorários advocatícios com base no § 11 do art. 85 do

Recurso especial: alega violação dos arts. 422, 478 e 480 do CC. Sustenta que, em decorrência da variação cambial e do inadimplemento contratual, o contrato de câmbio celebrado entre as partes tornou-se excessivamente oneroso à recorrente e extremamente vantajoso ao recorrido, acarretando no enriquecimento ilícito deste.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/15.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 422 e 478 do CC, indicados como violados, não tendo a agravante oposto embargos de declaração com vistas a suprir eventual omissão perpetrada pelo Tribunal de origem.

- Da existência de fundamento não impugnado

A agravante não impugnou o fundamento utilizado pelo TJ/RS de que *"o inadimplemento e a significativa variação cambial, por evidente, não podem ser imputadas ao banco apelado que funcionou agente financeiro contratado do contrato de câmbio firmado para a exportação"* (e-STJ Fl. 531), razão pela qual deve ser mantido o acórdão recorrido. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 283/STF.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à inoccorrência de onerosidade excessiva no contrato de câmbio celebrado entre as partes, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro os honorários fixados anteriormente para 12% sobre o valor atualizado da causa.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora